

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE

A BASE ARCH COMO FERRAMENTA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, ACESSO E DIFUSÃO NO PROJETO MEMÓRIAS DA ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA

Ana Carolina dos Santos Garcia

Orientador: Jeorgina Gentil Rodrigues

Rio de Janeiro, 2021

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE

A BASE ARCH COMO FERRAMENTA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA, ACESSO E DIFUSÃO NO PROJETO MEMÓRIAS DA ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA

por

ANA CAROLINA DOS SANTOS GARCIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz.

Orientadora: Prof.^a Jeorgina Gentil Rodrigues, Doutora em Informação, Comunicação em Saúde pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz).

Rio de Janeiro, Janeiro/2021

RESUMO

A partir de um referencial teórico arquivístico e da análise dos arquivos científicos da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, o presente trabalho apresenta os conceitos pertinentes da Arquivologia acerca dos documentos arquivísticos permanentes, tratamento e recuperação da informação. Este estudo se pauta em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório descritivo, utilizando a pesquisa bibliográfica. Para isto, foram abordados os conceitos e definições clássicos da área arquivística, da informação científica e tecnológica em saúde, a legislação e os documentos institucionais da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e das suas unidades técnico-científicas: Casa de Oswaldo Cruz (COC), e Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Palavras-chave: Arquivos científicos. Base Arch. Descrição arquivística. Difusão. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	JUSTIFICATIVA.....	8
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
4	OBJETIVOS.....	19
5	METODOLOGIA.....	20
6	RESULTADOS ESPERADOS.....	22
7	CRONOGRAMA.....	23
8	ORÇAMENTO.....	24
	REFERÊNCIAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

Minha relação com os arquivos permanentes da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), começou em outubro em 2019 quando ingressei no Projeto Memórias da Ensp como bolsista de apoio técnico na área de Arquivologia na Coordenação de Comunicação Institucional (CCI). O Memórias da Ensp é um projeto robusto no âmbito de atuação da Escola, coordenado pela CCI, desde 2016, com o objetivo de preservar, organizar, descrever e gerir a documentação permanente dos arquivos científicos na área da ciência, saúde e tecnologia produzidos pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

Ao iniciar o trabalho no Projeto, juntamente com a equipe multidisciplinar do Memórias, pensamos em maneiras de não somente, realizar com rigor o tratamento técnico adequado dos documentos permanentes da instituição, mas também fomentar ações visando a divulgação e difusão dos acervos documentais da Ensp, não apenas intrapares, como também extrapares. Em vista disso, vale destacar o *site* Memórias da Ensp, (<http://arch.ensp.fiocruz.br/>), a Base Arch da Ensp, customizado a partir do AtoM (*Access to Memory*), *software* desenvolvido de acordo com normas nacionais e internacionais de descrição arquivística, criado por iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

Logo, espera-se que esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também possa integrar estas ações, e colaborar a partir de uma metodologia teórico-científica com uma abordagem arquivística, o trabalho que vem sendo realizado no Projeto Memórias com o apoio da Direção da Escola e executado pela Coordenação de Comunicação Institucional (CCI). A seguir, iremos apresentar os conceitos arquivísticos e demais temas relevantes correlatos, assim como o Memórias da Ensp, os acervos documentais da Escola, e a parceria de primeira hora da Casa de Oswaldo Cruz (COC), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Os fundamentos na área arquivística trazem uma fonte segura entre teoria e prática que norteiam e dão o direcionamento necessário acerca do tratamento dos

documentos na sua gestão e no controle sobre o ciclo de vida documental. Os documentos são produzidos e recebidos no decorrer das atividades de um órgão ou instituição da administração pública ou privada e são armazenados e conservados para fins administrativos, funcionais, jurídicos e legais.

A teoria das três idades é o estágio de evolução dos arquivos dentro da entidade produtora e/ou custodiadora, é a passagem dos documentos criados, *a priori*, como administrativos para a condição de históricos possuindo um valor de guarda permanente. Esse ciclo vital dos documentos em uma organização pública ou privada compreende as etapas que se seguem.

Os arquivos correntes, também conhecidos como de primeira idade, são criados no decorrer de suas atividades, possuem valor administrativo, e por estarem ativos e serem consultados com uma certa frequência, são centralizados nos setores onde foram criados.

Os intermediários ou arquivos de segunda idade, são semiativos, pois não são consultados a todo momento e estão arquivados de forma descentralizada, não necessariamente próximo ao seu órgão produtor. Uma vez realizada a avaliação e classificação dos documentos, seu prazo de guarda, estabelecido pela tabela de temporalidade, definem-se quais serão recolhidos ao arquivo permanente e os que serão eliminados.

Os arquivos de terceira idade ou permanentes compreendem a documentação de valor secundário, onde iniciam-se seus usos científico, social e cultural dos documentos, sendo mais conhecidos como arquivos históricos de uma instituição. São de grande interesse aos pesquisadores em geral, por isso devem estar armazenados em locais de fácil localização, com salas de consulta, pois a pesquisa e o acesso devem estar disponibilizados a todos. As principais funções de um arquivo permanente são: recolhimento, custódia, preservação, organização dos fundos documentais, arranjo e descrição dos documentos.

Quando nos detemos na função arquivística de descrição, pensamos em modos

de disseminar a informação, de tornar o patrimônio documental acessível e disponível para a comunidade como um todo, a serviço dos cidadãos. Nesse âmbito da custódia permanente, as atividades do arquivista adquirem também uma vertente cultural e uma dimensão social relevante e que deve ser observada mais detidamente.

A difusão na Arquivologia ainda é algo pouco explorado, porém não podemos tratar sobre as temáticas de: divulgação, disseminação da informação, vulgarização dos acervos documentais, de visibilidade dos arquivos, sem falarmos da difusão, seja ela como ação cultural, editorial ou educativa.

É importante examinarmos a difusão em relações multi, inter e transdisciplinares com outras disciplinas como a Ciência da Informação, Biblioteconomia, Tecnologia da Informação, apenas para citar algumas. A difusão, em muitas ocasiões, é vista como uma consequência natural da descrição arquivística e da elaboração de instrumentos de pesquisa, atividades estas, finalísticas de um arquivo permanente.

Devido a isso, neste trabalho, iremos analisar a Base Arch como um *software* que contribui não apenas na descrição arquivística dos documentos, mas também na organização dos acervos, acesso e difusão das informações produzidas no Projeto Memórias da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp) localizada na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Campus Manguinhos, Rio de Janeiro.

2 JUSTIFICATIVA

O acesso à informação nos órgãos e entidades públicas, especialmente nas instituições de ensino, pesquisa e ciência é extremamente importante no exercício pleno da cidadania, legitimando o direito assegurado à sociedade de ter acesso às informações de forma passiva e ativa. Esse direito é normatizado pela Lei de Acesso à Informação (LAI), que regula e prevê a disponibilização da informação, e pelo Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta os procedimentos para garantia, manutenção e execução desse acesso.

O AtoM (*Access to Memory*), acrônimo para Acesso à Memória, é uma ferramenta de descrição arquivística, difusão em arquivos e acesso ao patrimônio documental arquivístico. É um *software* livre, baseado nas normas do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), criado em formato aberto, o que permite certas liberdades para a execução, adaptação, pesquisa, aperfeiçoamento e redistribuição de cópias. Ele é disponibilizado via *web*, além de ser multilíngue e distribuído de forma gratuita.

A Base Arch foi customizada pela Casa de Oswaldo Cruz (COC), vinculada à Fiocruz, em consonância com as normas nacionais e internacionais de descrição arquivística. O sistema utilizado é o AtoM, que se encontra na Versão 2.3.1 na instituição. A COC não apenas cedeu a Base Arch, como também fez a adaptação para uso específico na Ensp.

O *site* Memórias da Ensp (<http://arch.ensp.fiocruz.br/>) é a Base Arch da Ensp, onde encontra-se disponibilizado os acervos arquivísticos científicos que foram contemplados pelo Projeto Memórias nos centros, núcleos e departamentos da Escola. É de fundamental importância que após a conclusão do processo de descrição arquivística, que as informações relacionadas a estes acervos sejam disponibilizadas e de conhecimento público para livre acesso por parte dos pesquisadores, professores, estudantes, da comunidade científica e acadêmica em geral, principalmente da área da saúde, ciência e tecnologia.

Devido a isso, cabe ressaltar, dois conceitos abordados por Bueno (1985): difusão e disseminação. Conceitos estes, complementares e que possuem uma relação de gênero-espécie, segundo o autor. No contexto do Memórias da Ensp, a Base Arch, realiza tanto uma **difusão** para especialistas, ou seja, uma divulgação científica para um público especializado, como também, uma **disseminação** extrapares, uma vez que atravessa especialistas também fora da área e por possuir uma abordagem multidisciplinar.

Salientamos que apesar dos acervos trabalhados pelo Projeto Memórias serem bem específicos, para receptores seletos e restritos, também poderiam ser de interesse e objeto de pesquisa de áreas afins. Visto que, descritos os acervos documentais, iniciasse a etapa da difusão e disseminação intra e extra instituição, a fim de integrar um plano de ações e estratégias de difusão.

Outro ponto apresentado pelo autor é destacar a função informativa realizada pelo jornalismo científico.

É importante lembrar que o desempenho desta função não implica, necessariamente, a transformação do processo de comunicação em uma mera transferência de informações e conhecimentos. **Ao ato de informar incorpora-se, dialeticamente, o interesse e a necessidade do cidadão estar informado e o compromisso do divulgador, no caso o jornalista científico, de trabalhar em prol da coletividade, divulgando o que vai ao encontro do seu universo de expectativas e necessidades** (BUENO, 1985, p. 1424, grifo nosso).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Primeiramente, devemos apresentar o perfil institucional da Fiocruz¹. Ela é vinculada ao Ministério da Saúde, sendo a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. De acordo com o *site* da Fundação Oswaldo Cruz (2020), os conceitos de atuação são "promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir o conhecimento científico e tecnológico, ser um agente da cidadania".

Quanto a Ensp², podemos destacar que a instituição

se dedica há mais de seis décadas, à formação profissional em saúde, ciência e tecnologia, atuando de forma protagonista, em pesquisa, desenvolvimento tecnológico, formulação de políticas públicas e prestação de serviços de referência em saúde (ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA, 2020).

A atuação da Escola se dá através dos Programas de Pós-graduação *strictu e lato sensu*, ou por meio do Programa de Educação à Distância (EAD), ao contribuir para a formação de quadros estratégicos para atuação no Sistema Único de Saúde (SUS), assim como no meio acadêmico brasileiro.

É de fundamental importância apresentarmos também o Projeto Memórias da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, que de acordo com o *site*³ da instituição,

é um projeto interinstitucional que conta com a parceria da Casa de

¹ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A Fundação**. Disponível em: <http://portal.fiocruz.br/fundacao>. Acesso em: 29 ago. 2020.

² ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA. **Mensagem do Diretor**. Disponível em: <http://ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

³ *Ibid.*, **Apresentação**. Disponível em: <http://ensp.fiocruz.br/atualidades/1>. Acesso em: 30 ago. 2020.

Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) com o objetivo de revisitar o passado, por meio da preservação, organização e divulgação da documentação científica e pedagógica dos departamentos, centros e núcleos de pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA, 2020).

O Memórias da Ensp é desenvolvido na esfera da Coordenação de Comunicação Institucional (CCI), por iniciativa da Direção da Escola. O Projeto utiliza a Base Arch/Ensp para reunir e divulgar, via *web*, documentos institucionais e pessoais relacionados às pesquisas desenvolvidas nos 66 anos da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

O Projeto Memórias visa a preservação do patrimônio documental arquivístico da Escola, principalmente nas áreas de ciência, ensino e tecnologia. Assim como, busca disponibilizar à sociedade como um todo, os registros documentais, preservar a história institucional e as pesquisas realizadas pelos profissionais da área da saúde pública, ciência e tecnologia.

Ele também integra algumas ações e iniciativas de preservação, por parte da Fundação Oswaldo Cruz, que são voltadas à memória da instituição. Podemos observar, na Política de Memória Institucional da Fiocruz (2020, p. 8), no qual a Fundação

se propõe a orientar as iniciativas que visem a recuperar, registrar, valorizar e difundir a memória na instituição, de maneira que se desenvolvam de forma integrada e alinhada aos princípios e diretrizes gerais comprometidos com a identidade institucional, que vem sendo constituída a partir das múltiplas e distintas narrativas que convergem para a unidade na diversidade de uma Fiocruz em constante transformação.

Em outras palavras, quando abordamos o tema arquivos permanentes, estamos tratando de documentos imprescritíveis, que possuem valor histórico, probatório,

científico, informativo, ou seja, inalienáveis. Existem documentos que muitas das vezes, já nascem permanentes, por ajudar a contar a história, a trajetória de determinado órgão e/ou instituição. Segundo Halbwachs (1990, p. 80-81), podemos dizer que

quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.

Isto é, podemos compreender que a memória é uma tentativa arbitrária, artificial de preservar os fatos ocorridos no presente a fim de que exista em um futuro, um passado a ser lembrado, revisitado. Os arquivos permanentes possuem valor secundário, pois seus usos transcendem a razão na qual eles foram criados, ou seja, aquilo que motivou a sua produção no decorrer de suas atividades.

Este trabalho tem como base a Arquivologia, devido a isso, se faz necessário, abordarmos alguns conceitos pertinentes, que serão apresentados a seguir para uma maior compreensão. De acordo com o Glossário dos documentos arquivísticos digitais da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) (2020, p. 9), acesso é "o direito, oportunidade ou meios de encontrar, recuperar e usar a informação".

Quando pensamos em difusão dos acervos documentais, algo significativo é que no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), o conceito não se encontra. O que encontramos conceituado é o termo de disseminação da informação que é o "fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 71). Traz também o conceito de divulgação que é o "conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos

arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 72).

Ainda sobre a difusão no contexto arquivístico, Rockembach (2015, p. 105), teoriza que

em uma perspectiva arquivística emergente, a difusão é algo complexo que envolve uma série de fatores e áreas de estudo. Torna-se necessário uma atenção a três elementos na difusão: o usuário da informação, o conteúdo a ser difundido e o uso de tecnologias de informação e comunicação.

Quanto a descrição arquivística, segundo Bellotto (2006), é a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores, uma vez que a difusão se destina àquela cuja tarefa é explorar o que restou, após ter-se cumprido a finalidade administrativa ou jurídica do ato. Consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados. Com isso, podemos dizer que a partir do arranjo, as tarefas operacionais de um arquivo permanente são, obrigatoriamente, a descrição e a disseminação da informação.

A realidade que observamos em muitos órgãos e/ou instituições é um paradigma custodial, atrelado à ideia de patrimônio com uma abordagem historicista e bem técnica, onde o profissional coloca a guarda dos documentos como algo prioritário em detrimento ao acesso a eles. Segundo Ribeiro (2010, p. 69),

no quadro do novo paradigma emergente, que apelidamos de pós-custodial, científico e informacional, e perante estas novas lógicas de mediação e este novo tipo de mediadores, qual o papel do profissional formado em CI na construção da sociedade em rede? Será que continua confinado ao domínio de umas quantas especificidades técnicas e normativas, aplicadas à organização e representação da informação, com a finalidade de proporcionar o acesso? Onde cabe o

seu anterior papel de guardião da memória informacional, como fator de identidade de um povo? Onde reside sua função mediadora e a que âmbito se circunscreve?

Em outras palavras, para que haja a transformação da sociedade e do profissional da informação é fundamental nos conscientizarmos da nossa função como atores sociais e guardiões do conhecimento, mas também como responsáveis pela sua disponibilização e difusão. Com isto, podemos exercer de fato um papel mais ativo na garantia do acesso à informação e aos documentos de arquivo nesta mediação.

Já na esfera pública e no curso de sua gestão, a fim de tornar as informações contidas nos documentos disponíveis sob sua guarda, se faz necessário disponibilizar a informação tão logo seja possível. O art. 1º, da lei n.º 8.159/91, à Lei de Arquivos, atribui ao Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

Temos também no art. 216, parágrafo 2º, da Constituição Federal, que incumbe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Já o art. 6º, inciso I, da lei n.º 12.527/11, Lei de Acesso à Informação, cabe aos órgãos e entidades do poder público observadas as normas e os procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e a sua divulgação.

No seu art. 8º, observamos que

é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, **a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas** (BRASIL, 2011, **grifo nosso**).

Com isto, depreendemos que as instituições públicas, órgãos e entes federativos, devem ser capazes de assegurar o acesso à informação que se faz necessária e relevante aos cidadãos, sem que necessariamente seja preciso requerê-la, pois em muitos casos, a população não tem conhecimento que essa informação sequer existe, nem que foi produzida.

É um dever do Estado, mas principalmente, neste caso, dos profissionais da informação em difundir, disseminar, divulgar, disponibilizar para a comunidade científica ou não, o conhecimento produzido, os documentos e as informações pertinentes ao alcance do público em geral. As técnicas, a veiculação e os métodos de comunicação podem e irão variar conforme os usuários, mas não podem ficar restritos a poucos iniciados, a receptores seletos, restritos e especializados.

Ao analisar estes dispositivos legais é preciso reconhecer que a administração pública federal deve ser capaz de lidar com as questões que envolvam a disseminação da informação, a gestão documental e a preservação dos documentos arquivísticos, tanto para resguardar um patrimônio da nação, como também para assegurar o acesso às informações neles contidas.

É importante também abordarmos sobre a informação no contexto da ciência, tecnologia, e principalmente na saúde, ou seja, a informação científica e tecnológica em saúde. Segundo o *Guia de vigilância epidemiológica, em Sistemas de informação em saúde e vigilância epidemiológica*:

a informação é instrumento essencial para a tomada de decisões. Nesta perspectiva, representa imprescindível ferramenta à vigilância epidemiológica, por constituir fator desencadeador do processo “**informação-decisão-ação**”, tríade que sintetiza a dinâmica de suas atividades que, como se sabe, devem ser iniciadas a partir da informação de um indício ou suspeita de caso de alguma doença ou agravo (BRASIL, 2009, p. 63, **grifo do autor**).

Ainda de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2009), o conceito de **dado**

é definido como “um valor quantitativo referente a um fato ou circunstância”, “o número bruto que ainda não sofreu qualquer espécie de tratamento estatístico”, ou “a matéria-prima da produção de informação”. Já a **informação** é entendida como “o conhecimento obtido a partir dos dados”, “o dado trabalhado” ou “o resultado da análise e combinação de vários dados”, o que implica em interpretação, por parte do usuário. É “uma descrição de uma situação real, associada a um referencial explicativo sistemático”.

No que tange a informação e ciência, precisamos tratar sobre ciência aberta, dados abertos e sobre a importância de uma instituição realizar a gestão dos seus dados de pesquisa, principalmente na área da saúde. Segundo o Glossário de Acesso Aberto do *site*⁴ institucional da Fiocruz, ciência aberta é um

conceito amplo que abarca diversas práticas do fazer científico, desde o acesso aberto à literatura científica e aos dados abertos de pesquisa, passando pela ciência cidadã, recursos educacionais abertos, *software* e *hardware* abertos, entre outras. Faz referência a um modelo metodológico alinhado à filosofia da cultura digital, da colaboração e do compartilhamento das práticas e dos conteúdos científicos.

Quanto aos dados abertos,

são dados publicados em um formato legível por máquina e sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle, de modo a estarem livremente disponíveis para serem utilizados e redistribuídos à vontade (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2021).

Já a gestão de dados de pesquisa, de acordo com o Glossário de Acesso Aberto

⁴ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Acesso aberto. **Glossário**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/glossario>. Acesso em: 17 jan. 2021.

da Fiocruz, em seu *website*, é um

conjunto de práticas de gestão voltadas para o tratamento de dados de pesquisa durante o seu ciclo de vida; inclui todos os aspectos de manutenção, compartilhamento, segurança e preservação.

Isto é, quando nos referimos ao acesso aberto, gestão de dados de pesquisa e ciência aberta no âmbito de uma instituição, estamos buscando definir padrões, alinhar os processos de publicação dos dados na *internet*, a partir de metodologias e boas práticas, visando o acesso, preconizado pela LAI (Lei de Acesso à Informação), bem como, a transparência pública da administração pública federal.

Destacamos também que a Fundação Oswaldo Cruz desenvolveu em 2014, a sua *Política de Acesso Aberto ao Conhecimento*⁵ (2014), na qual garante o acesso gratuito à produção científica da instituição que tem como propósito: “instituir a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, visando garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz”.

No art. 1º, parágrafo único, observamos que são objetivos da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz:

I. Favorecer o acesso público e gratuito ao conhecimento produzido pela instituição; II. Preservar a memória institucional; III. Dar visibilidade e disseminar a produção intelectual; IV. Apoiar o planejamento e a gestão da pesquisa; V. Estabelecer diretrizes de registro e publicização da produção intelectual.

⁵ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Portaria da Presidência n.º 329/2014-PR retificada por 382/2014-PR**. Instituir a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, visando garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz. Rio de Janeiro, 31 março de 2014. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf. Acesso em: 17 jan. 2021.

A relação multi, inter e transdisciplinar entre a Arquivologia, Ciência da Informação e Tecnologia da Informação traz a possibilidade de um diálogo profícuo entre estas áreas do conhecimento. Logo, segundo Rockembach, isso exige uma mudança de paradigma, a fim de que eles respondam novos problemas da sociedade contemporânea de forma mais eficaz. Neste sentido,

a difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem a acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do *marketing* e demais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comportamento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia (ROCKEMBACH, 2015, p. 113).

Isto é, ao tratarmos sobre difusão em arquivos, precisamos pensar em estratégias e ações que englobem um plano em que a instituição busque dialogar com outras ciências, outras áreas, pois quando o assunto é informação no contexto arquivístico, existem várias possibilidades de viabilizar uma atuação por parte dos arquivos, principalmente, uma que seja mais ativa, protagonista, que esteja a frente de todo o processo e não relegado como algo secundário.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Analisar a Base Arch como ferramenta de descrição arquivística dos documentos no Projeto Memórias da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), vinculada à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

4.2 Objetivos Específicos

- Examinar como a Base Arch viabiliza o acesso e a transparência pública do patrimônio documental arquivístico da Ensp, no Projeto Memórias, garantindo o direito à informação aos cidadãos assegurado pela Lei de Acesso à Informação (LAI);
- Apresentar de que modo a Base Arch funciona como um instrumento de recuperação da informação e organização do conhecimento na área da saúde, ciência e tecnologia na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca;
- Identificar como o Projeto Memórias da Ensp atua como uma iniciativa de difusão voltada à memória da instituição integrando a Política de Memória Institucional da Fiocruz.

5 METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo analisar a Base Arch como ferramenta de descrição dos documentos arquivísticos do Projeto Memórias da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp) vinculada à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Para isso, a metodologia será qualitativa por meio de uma análise dos centros, núcleos e departamentos organizados pelo Projeto Memórias.

Essa iniciativa objetiva compreender como a Base Arch viabiliza o acesso, a transparência pública do patrimônio documental da Ensp, garantindo o direito à informação, demonstrar como este *software* facilita a recuperação da informação e a organização do conhecimento na área da saúde, ciência e tecnologia. Em tempo, iremos identificar como o Projeto Memórias da Ensp atua como uma iniciativa de difusão da memória da instituição integrando a Política de Memória Institucional da Fiocruz.

O presente trabalho se pauta em uma abordagem de caráter exploratório descritivo, utilizando a pesquisa bibliográfica, que será elaborada a partir da Arquivologia, seus princípios e conceitos, assim como os dispositivos legais vigentes. Abordaremos os documentos permanentes, arquivos científicos, o seu processo de descrição, organização e acesso, que contribuem para a preservação dos documentos arquivísticos a longo prazo.

Vamos apresentar a Base Arch customizada e cedida pela Casa de Oswaldo Cruz (COC), a plataforma AtoM, *software* de descrição arquivística, suas funcionalidades, assim como a utilização desta ferramenta nas atividades arquivísticas, na difusão, acesso e descrição do patrimônio documental.

Trataremos sobre a Informação científica e tecnológica em saúde, da tríade “informação-decisão-ação”, iremos destacar a importância em ter acesso ao dado de forma precisa para a tomada de decisão, principalmente, no contexto da saúde, sendo um instrumento essencial, não apenas para a recuperação da informação, mas também para a organização do conhecimento.

Quanto ao jornalismo científico, abordaremos a vulgarização dos arquivos por meio da divulgação e disseminação científica, assim como o papel central que a difusão desempenha como um ponto de ligação interdisciplinar.

Já os temas: ciência aberta, gestão de dados de pesquisa e dados abertos, iremos ressaltar a importância de uma política de dados abertos em uma instituição e o papel fundamental no acesso à informação, a relevância da LAI (Lei de Acesso à Informação), o decreto que a regulamenta e a sua contribuição para a transparência pública dos acervos documentais arquivísticos, principalmente na Fundação Oswaldo Cruz.

Vamos trabalhar com os seguintes documentos institucionais: Política de preservação digital de acervos da Fiocruz, Política de Memória Institucional da Fiocruz, Manual de organização de arquivos pessoais do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz (COC), Manual de Acesso à base Arch da Ensp e Manual de inserção de documentos da Ensp.

Com isto, visamos a construção de um trabalho que tem por finalidade contribuir para a difusão dos acervos documentais arquivísticos nas instituições públicas e privadas, principalmente na área da ciência, saúde e tecnologia. No qual, objetiva-se, contribuir, fomentar discussões por meio de políticas e ações contínuas de disseminação, divulgação da informação e do conhecimento, uma vez que a temática ainda é incipiente, vista como uma função social e secundária na área arquivística.

6 RESULTADOS ESPERADOS

Este trabalho busca promover a difusão dos arquivos científicos da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca por meio do *site* institucional Memórias da Ensp (<http://arch.ensp.fiocruz.br/>), a fim de divulgar, disseminar as informações produzidas pela instituição para disponibilizá-las aos pesquisadores da área da ciência, saúde e tecnologia, e aos usuários dessas informações.

Como colaborar com a mudança gradativa da cultura institucional, visando priorizar o tratamento, recuperação e a difusão das informações na área da ciência, tecnologia e saúde produzidas pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca no decorrer de suas atividades acadêmicas, administrativas e institucionais.

7 CRONOGRAMA

ETAPAS	Mês 04 a 06	Mês 07 a 09	Mês 10 a 12
Levantamento bibliográfico		X	
Feitura das disciplinas	X	X	X
Elaboração do projeto de pesquisa		X	X
Redação do trabalho		X	X
Complementação da redação final e revisão			X
Entrega do projeto de pesquisa			X
Apresentação do projeto de pesquisa			X

8 ORÇAMENTO

Não é essencial para a realização deste trabalho realizar o orçamento, nem um planejamento de despesas, uma vez que toda esta proposta é planejada a partir de recursos humanos e logísticos disponibilizados na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes** - tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BRASIL. **Constituição da República do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. **Diário Oficial**, Brasília, DF, mai. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Coletânea de legislação arquivística brasileira e correlata. Rio de Janeiro, p. 18, jan. 2017. Publicado originalmente pelo **Diário Oficial**, Brasília, DF, 09 de jan. 1991, Seção 1, p. 455. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/coletanea/maio_2016/jan_2017//CONARQ_legarquivos_janeiro_2017_pdf.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, DF, 18 dez. 2011c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia de vigilância epidemiológica**. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 816 p. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_epidemiologica_7ed.pdf. Acesso em 12 out. 2020.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo científico: conceito e funções**. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 37, n. 9, p. 1420-7, 1985. APA. Bueno, Wilson da Costa. (1985). Disponível em: <https://biopibid.ccb.ufsc.br/files/2013/12/Jornalismo-cient%C3%ADfico-conceito-e-fun%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

CASA DE OSWALDO CRUZ. Departamento de Arquivo e Documentação. **Manual de organização de arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2015. 84 p. Disponível em:

http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/manual_organizacao_arquivos_fiocruz.pdf.

Acesso: 30 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos - CTDE. **Glossário**. Documentos Arquivísticos Digitais. Versão 8.0. Rio de Janeiro: CONARQ, 2020, 62 p. Disponível em:

http://antigo.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/glosctde_2020_08_07.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA. **Apresentação**.

Disponível em: <http://ensp.fiocruz.br/atualidades/1>. Acesso em: 30 ago. 2020.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA. **Manual de inserção de documentos**: Base Arch da Ensp. Disponível em:

http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/projeto-memorias/manuais/manual_de_insercao_de_documentos_base_arch_v.5_1.pdf.

Acesso em: 30 ago. 2020.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA. **Mensagem do Diretor**.

Disponível em: <http://ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 30 ago. 2020.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA. Projeto Memórias da Ensp. **Manual de Acesso à base Arch da Ensp**. Disponível em:

http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/projeto-memorias/manuais/manual_de_acesso_a_base_arch_v.5.pdf. Acesso em: 30 ago. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A Fundação**. Disponível em:

<http://portal.fiocruz.br/fundacao>. Acesso em: 29 ago. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Acesso aberto. **Glossário**. Disponível em:

<https://portal.fiocruz.br/glossario>. Acesso em: 17 jan. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Política de Memória Institucional da Fiocruz**.

Disponível em:

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41592/2/politica_de_memoria_fiocruz.pdf.

Acesso em: 30 ago. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Portaria da Presidência n.º 329/2014-PR**

retificada por 382/2014-PR. Instituir a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, visando garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz. Rio de Janeiro, 31 março de 2014.

Disponível em:

https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-

política de acesso aberto ao conhecimento na fiocruz.pdf. Acesso em: 17 jan. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Programa de preservação digital de acervos da Fiocruz**. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44220/4/prog_preservacao_digital_acervos_fiocruz.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.

HALBWACKS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990, p. 80-81.

RIBEIRO, Fernanda. **Da mediação passiva à mediação pós-custodial**: o papel da ciência da informação na sociedade em rede. Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 63-70, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/11415>. Acesso em: 09 dez. 2019.

ROCKEMBACH, Moisés. **Difusão em arquivos**: uma função arquivística, informacional e comunicacional. Informação arquivística, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun., 2015. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/95/55>. Acesso em: 09 dez. 2019.